



XI Congresso Português de Sociologia
*Identidades ao rubro: diferenças, pertenças e
populismos num mundo efervescente*
Lisboa, 29 a 31 de março de 2021

Secção/Área Temática:
Ambiente e Sociedade

Conflito ambiental no processo de construção da barragem de Oiticica, Rio Grande do Norte/Brasil

Environmental conflict in the construction process of the Oiticica dam, Rio Grande do Norte/Brazil
Ambiente_XI-APS-15114

FERREIRA, José Gomes, Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Lagoa Nova, CEP: 59078-970, Natal – RN – Brasil, jose.ferreira@outlook.com

DANTAS, Maria Wagna de Araújo, Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

A construção de grandes barragens está na origem de diversos conflitos, por exemplo, em resultado do alagamento de áreas de cultivo, supressão de biodiversidade e imposição da retirada de comunidades tradicionais. O Brasil tem sido palco de muitos destes conflitos, exercendo o Movimento dos Atingidos por Barragens um papel fundamental. No estado do Rio Grande do Norte, a construção da Barragem de Oiticica tem gerado expectativa enquanto potencializador de desenvolvimento regional e segurança hídrica do estado, mas tem gerado igualmente polémica. O conflito ganhou visibilidade pela pressão de pequenos proprietários em serem indenizados, alargando-se à construção da Nova Barra de Santana que irá acolher os deslocados e à preservação do património. O texto dá conta desse conflito, dos actores sociais envolvidos e das diversas estratégias no sentido da resolução do problema, assumindo-se, a partir de George Simmel e Lewis Coser que os conflitos são uma oportunidade para a mudança.

Abstract

The construction of large dams is at the origin of several conflicts, for example, as a result of the flooding of cultivated areas, the suppression of biodiversity and the imposition of the removal of traditional communities. Brazil has been the scene of many of these conflicts, with the Movement of People Affected by Dams playing a fundamental role. In the state of Rio Grande do Norte, the construction of the Oiticica Dam has generated expectations as a booster for regional development and water security in the state, but it has also generated controversy. The conflict gained visibility due to the pressure of small landowners to be compensated, extending to the construction of the Nova Barra de Santana that will accommodate the displaced and the preservation of the heritage. The text gives an account of this conflict, the social actors involved and the various strategies towards solving the problem, assuming, from George Simmel and Lewis Coser, that conflicts are an opportunity

Palavras-Chave: Conflito; barragem de Oiticica; preservação; actores sociais.

Keywords: Conflict; Oiticica dam; preservation; social actors.

XI-APS-15114

Introdução

Em diversas geografias, a construção de barragens tem motivado a reação das populações diretamente afetadas. O Brasil tem sido palco de diversos destes conflitos ambientais contra a construção de grandes barragens, destacando-se os exemplos de Itaipu, no rio Paraná, entre o Brasil e o Paraguai, inaugurada em 1984 (Alonso, Costa & Maciel, 2007; Germani, 2013); e Belo Monte, no rio Xingu, estado do Pará, inaugurada em 2016 (Fleury & Almeida, 2013; Fearnside, 2019). A partir da reação contra esta última barragem o Movimento dos Atingidos por Barragens tem exercido um papel fundamental no sentido da liderança da resistência contra estas construções e no sentido de se encontrarem soluções mitigadoras para possíveis riscos ambientais e impactos nas comunidades afectadas (Gomide, Machado & Pereira, 2019).

A construção de barragens de menor dimensão tem igualmente gerado controvérsia, com episódios de conflito com visibilidade mediática e mobilização social. A construção da Barragem de Oiticica, situada no interior do estado do Rio Grande do Norte, enquadra-se dentro deste último caso. A construção desta barragem, de que demos conta dos primeiros elementos em proposta prévia (Alves, Oliveira & Ferreira), surge no contexto de resposta à seca num estado com clima semiárido e igualmente num contexto de infra-estruturação do território com obras hídricas na sequência do histórico de açudagem.

Desde a década de 1950 que a barragem é apontada como um dos eixos de desenvolvimento regional e segurança hídrica do estado, na medida em que não vai apenas receber a água da chuva, funcionará igualmente como primeiro reservatório da água que chegará do rio São Francisco através da chamada transposição (transvase). A construção sofreu sucessivos atrasos ainda na fase de projecto, a obra somente avançou em 2013, mas com lacunas na concepção do projecto, designadamente, ao não prever a transferência dos habitantes da comunidade Barra de Santana e a catalogação de gravuras rupestres na área de alagamento da barragem. A construção da barragem avançou sem que tenham sido solucionados conflitos anteriores e sem se acautelar a possibilidade de surgirem novos conflitos tanto no processo de desapropriação dos terrenos da futura albufeira, como de defesa do

património e risco de não concretização da estrutura por dificuldades de obtenção de financiamento para cobrir as novas despesas.

Os prazos têm sido sucessivamente ultrapassados, assim como o orçamento, temas que estão na origem de novos conflitos que lhe garantiram enorme visibilidade mediática e mobilização de diversos actores institucionais. Em causa está não apenas a transferência de dinheiro do governo Federal para o governo estadual, que é quem gere o empreendimento, mas igualmente lacunas no diagnóstico com consequências no planeamento e execução da obra, por exemplo, a não prever a necessidade de realojar a comunidade de Barra de Santana, incluindo o cemitério local, e a existência de gravuras rupestres com necessidade de catalogação com base na política brasileira.

A obra é também um marco na forma como acontecem e são geridos os conflitos ambientais, assim como de luta pela terra e água no Brasil, e em particular no Rio Grande do Norte. Mostramos em reflexões anteriores (Ferreira, 2016; Ribeiro, Ferreira, Amorim & Schmidt, 2019) que o aumento de frequência dos conflitos se deve, por um lado, às dificuldades na implementação das políticas que regulam o acesso e uso dos recursos naturais e, por outro lado, às dinâmicas sociais e económicas associadas, na medida em que os conflitos surgem vinculados à realidade social, económica e política da região ou país em que se desenvolvem. Porém, assumindo que à semelhança dos conflitos sociais gerais, o conflito ambiental é igualmente encarado como catalisador da mudança social e uma oportunidade para a formação de coligações entre indivíduos ou grupos, uma proposta que assumimos a partir de George Simmel (2001) e Lewis Coser (1977), segundo a qual os conflitos são uma oportunidade para a mudança, mostrando que o conflito acabou resultando em um projecto melhor, suprimindo as lacunas da proposta inicial.

O artigo apresenta o histórico do processo de construção da barragem de Oiticica, chamando à análise as políticas públicas, a temática do conflito ambiental e a resistência organizada das comunidades no sentido de reverter os projectos ou conseguir a redução de impactos. São nossos objetivos: i) demonstrar como os conflitos deram visibilidade ao tema e envolveram maior número de actores, assim como conhecer os arranjos institucionais e participativos que permitam a conclusão da obra; ii) e identificar as questões em confronto, os momentos mais importantes, a mobilização produzida, os actores sociais que lideraram o processo nos diferentes momentos e as estratégias de resistência da sociedade civil organizada e as instituições que reconheceram a sua luta.

No sentido de se concretizarem os nossos objectivos destacamos várias dimensões com efeito cronológico com implicação na construção da barragem. Em primeiro lugar, recuperar o histórico do processo, que levou ao recuo na construção e paralelamente à construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. O retomar do projecto com o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento; a criação do movimento de atingidos pela barragem de Oiticica, com questões como as indenizações, a necessidade de realojar os habitantes da comunidade Barra de Santana e proceder à transladação dos restos mortais dos corpos para o novo cemitério. Damos essencialmente destaque ao conflito decorrente da insatisfação com as indenizações e ao conflito com o IPHAN - Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, decorrente da existência de gravuras rupestres na área e as dificuldades resultantes do aumento de custo da obra.

Para tal, procedemos ao levantamento de artigos de imprensa, documentos oficiais e de organizações da sociedade civil, realizamos visitas de campo e entrevistas, procedemos ao acompanhamento sistemático do processo desde a construção até ao momento actual, procurando identificar os arranjos institucionais e participativos que possam contribuir para a conclusão da obra. Partimos do pressuposto cada vez mais válido de que foram sanados vários conflitos com as comunidades ao serem articuladas de forma participativa as decisões para resolver os litígios existentes. Porém, no actual ciclo político nacional e estadual apresenta-se um novo conflito com base na divergência política e nas estratégias eleitorais para 2022 por parte dos titulares dos poderes federal e estadual.

Metodologia

Na nossa proposta recorreremos a metodologias diferenciadas, mas complementares na reconstrução da cronologia do conflito contra a proposta de construção da barragem de Oiticica. Para dar conta do histórico do projecto e dos primeiros conflitos realizamos uma ampla recolha de documentos oficiais e procedemos à revisão da literatura sobre a temática, no que identificamos alguns artigos científicos, e pesquisas institucionais e académicas em repositórios universitários, entre os quais, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e pelo menos uma tese de doutoramento.

Para se aprofundar o conhecimento recolhemos e analisamos notícias a partir dos jornais Tribuna do Norte e G1 Globo, no período de 2013 a Agosto de 2019.

Damos destaque ao histórico do projecto e aos conflitos no momento de construção, sinalizando a disputa dos pequenos agricultores locais e da população da comunidade Barra de Santana. De forma complementar, realizamos visitas ao local, organizamos eventos sobre o tema e realização de entrevistas semi-directivas a gestores públicos e académicos que na sua trajectória acompanharam o processo. Com a barragem prestes a ser inaugurada, o texto traça uma panorâmica geral a partir do início da cronologia da construção até ao presente momento.

Conflitos contra barragens no Brasil

O Brasil tem um importante histórico de conflitos suscitados pela decisão da construção de barragens de grandes dimensões. O primeiro a ganhar destaque internacional foi o conflito ambiental contra a construção de uma barragem no Parque Nacional de Sete Quedas, no rio Paraná, que seria represado para construção da hidroeléctrica de Itaipu. O conflito ocorreu em julho de 1982 e, segundo Alonso, Costa e Maciel (2007), esteve na génese do movimento ambientalista brasileiro, quando às margens das cataratas de Foz do Iguaçu três mil pessoas participaram do protesto. A mobilização não tinha apenas motivos socioambientais, a hidroeléctrica era uma das obras do plano desenvolvimentista dos governos militares e ao contestá-la os activistas ambientais contestavam igualmente o próprio regime autoritário. Através do estudo de Guiomar Inez Germani (2003) ficamos a conhecer o contexto político do país e os contornos de uma obra com implicações no Brasil e no Paraguai, assim como o processo de desapropriação e os povos indígenas mais afectados.

Sensivelmente pela mesma altura ganhou força o conflito contra a construção da que viria a ser a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, nas cidades de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, no estado do Pará, que é actualmente a segunda maior do Brasil e uma das maiores hidroeléctricas do mundo, com potência para gerar 11.233 MW/hora. A primeira proposta do projecto para construção desta barragem foi elaborada entre 1975 e 1980, mas as obras somente avançaram a partir de 2010, a inauguração ocorreu em 2016. A construção foi marcada por conflitos sociais e denúncias de situações de risco socioambiental em comunidades vulneráveis, ao alagar vastas áreas indígenas e expulsar os povos

tradicionais que ali residiam. A obra integrou o boom de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas em que, segundo Gomide, Machado & Pereira (2019, p.179) “a materialidade da implementação de alguns dos projectos exacerbou desigualdades já existentes, ou mesmo contribuiu para criar novas”. Do ponto de vista ambiental, além dos desequilíbrios na biodiversidade e no clima, os reservatórios alagaram vastas áreas, que necessitaram serem desmatadas. Por outro lado, as novas vias de acesso e as pragas de mosquitos tiveram igualmente impacto sobre as comunidades do entorno. E do ponto de vista social, Altamira é uma cidade referenciada como das mais inseguras do Brasil (Fearnside, 2019).

Favorável ao empreendimento estava um grupo liderado pelo governo, que incluía prefeituras, o consórcio empreendedor e a plataforma Fort Xingu, constituída por associações de bairro locais, igrejas evangélicas, sindicatos e empresários da área. Contra a barragem estavam vários grupos de povos indígenas, os ribeirinhos tradicionais não indígenas e muitos moradores de Altamira, assim como um conjunto de ONGs brasileiras e o Movimento dos Atingidos por Barragens. As ONGs internacionais tiveram igualmente uma actuação importante. Os movimentos sociais contrários à usina tiveram a sua génese em 1987, o ano de formação do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica, renomeado em 1998 como Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, uma organização chave de movimentos locais não indígenas contra a barragem. O processo sofreu um revés em 25 de agosto de 2001 com o assassinato do líder do movimento, Ademir Albeu Federicci. Por sua vez, em 2008 ocorreu uma cisão que levou a formar o Movimento Xingu Vivo para Sempre (Fearnside, 2019).

No Rio Grande do Norte, Nordeste brasileiro, embora de menor dimensão, a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves também gerou polémica. A construção teve início em 1979 e ficou concluída em 1983. Esta é a maior barragem do estado, com uma capacidade de 2,4 bilhões de metros cúbicos de água, que segundo o projecto tinha como objectivo ser uma das infra-estruturas mais importantes para solucionar a seca no estado. Foi a peça central do Projecto Baixo-Açu, uma proposta de desenvolvimento baseado na produção de fruticultura irrigada, mas que nos recentes anos de seca prolongada foi igualmente transformada no mais importante reservatório para abastecimento de água de diversos municípios do interior do estado. À data de construção a imprensa reforçava as vantagens do projecto para a

população, mas o anúncio da construção acabou por trazer “ansiedades, dúvidas e insatisfações em todos os segmentos da sociedade” (Souza, 2010), e por deixar os pobres preocupados com o seu destino e os proprietários de terras preocupados com a prometida a reforma agrária do projecto (Souza, 2010; Boneti, 2003).

Oiticica: cronologia de um conflito

Nos anos mais recentes, no Rio Grande do Norte a construção da barragem de Oiticica tem sido uma obra polêmica, com prazos e orçamento sucessivamente ultrapassados. A construção da barragem está na origem de conflitos que lhe garantiram enorme visibilidade mediática, contando com a mobilização de diversos actores sociais e disputas institucionais. Em causa está não apenas a transferência de dinheiro do governo Federal para o governo estadual, que é quem gere o empreendimento, mas igualmente lacunas no diagnóstico que sustenta o planeamento da obra e a sua execução. Entre as lacunas, por exemplo, não foi prevista a necessidade de realojar a comunidade Barra de Santana, incluindo o cemitério local, nem foram consideradas a existência de gravuras rupestres com necessidade de catalogação com base na política brasileira.

Oiticica insere-se nas lutas pelo território e pelo controle de recursos naturais. O debate que realizamos é feito a partir da teoria social e ambiental, mas em presente a discussão sobre desenvolvimento, planeamento e implementação de políticas de resposta à seca. Não esquecemos debates paralelos, como o que Bruno Latour realiza sobre a crise da natureza como crise da objetividade e de insensibilidade das opções que tomamos (Latour, 2019, p. 44). Não esquecemos igualmente a ideia de conflito numa perspectiva mais abrangente, no que recorreremos às ciências sociais para aprofundar o debate sobre as teorias do conflito, em particular à Sociologia do Ambiente, que nos mostra como cronologicamente se deu a transformação dos problemas ambientais em problemas sociais, e como essa transformação se repercutiu na emergência e na intensidade dos conflitos ambientais ao oferecer aos participantes uma oportunidade decisiva no confronto político dos temas em disputa. Insere-se igualmente num debate que ganha força e liga-se ao próprio modelo de desenvolvimento do estado e da região, e que parece reforçar cada vez mais no pressuposto de que a construção de infra-estruturas hídricas por si só é indutora do desenvolvimento local e regional (Ferreira, 2019).

A barragem de Oiticica encontra-se inserida na Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu, abrangendo os municípios de Jucurutu, Jardim de Piranhas e São Fernando, no estado brasileiro do Rio Grande do Norte. O primeiro projecto foi elaborado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na década de 1950, num contexto de secas severas. Na tentativa de resposta ao problema o presidente da república Getúlio Vargas nomeou José Américo de Almeida para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, com indicação de que deveria intervir nas obras hídricas do Nordeste (Moreira, 2017). Na proposta inicial, a infra-estrutura tinha uma capacidade projetada de aproximadamente 500 m³, com a finalidade de irrigar uma área de cerca de 10.000 ha, com conseqüente criação de perímetros irrigados, e deveria aumentar a segurança hídrica para a população de cerca de 17 municípios da região, assim como contribuir para a diminuição de cheias urbanas, designadamente na cidade de Jucurutu.

Mais tarde, o IV Plano Diretor da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (1969 – 1973) previa a conclusão da obra para 1971. Primeiro, o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954 e, posteriormente o avanço da construção das obras da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, travaram o projecto. Em 2007, o projecto foi integrado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, que também somente avançou em 2013 com a assinatura, pela presidenta Dilma Rousseff, do termo de compromisso que transferia a responsabilidade da construção da barragem de Oiticica do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a quem competia à construção por se tratar de um rio federal, para o executivo do estado do Rio Grande do Norte, através da SEMARH - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Santos & da Silva, 2017).

À data, o custo da obra estava orçado em R\$ 311 milhões, sendo R\$ 19 milhões de contrapartida do estado do Rio Grande do Norte. Politicamente a obra resulta igualmente da articulação do deputado federal Henrique Eduardo Alves e da governadora Rosalba Ciarlini Rosado, que conseguiram levar ao local a presidenta Dilma Rousseff, conferindo importância estratégica à obra (Tribuna do Norte, 2013-04-01). O actual projecto não serve apenas para acumular água do rio Piranhas-Açu, servirá igualmente de reservatório às águas do projecto de transposição do rio São

Francisco, com acumulação de água complementar à barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

A barragem deveria ter sido concluída em 2015, porém tem sido protelada, podendo acontecer apenas no segundo semestre de 2022. Com a sucessiva alteração do projecto, o valor original de custos de R\$ 311 milhões aumentou para R\$549.996.667,00, segundo informação com data de 30 de Junho de 2018 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (Ministério do Planejamento, 2019) e do Governo do Estado. Como a obra não está ainda concluída esses custos têm aumentado, os últimos dados facultados pelo Governo do Estado somam R\$ 657.245.319,58 (COINFRA/SEMARH, 2022).

Com todas as alterações no projecto, o reservatório ocupará aproximadamente 6 mil hectares, acumulando um volume de água supeiro a 556.258.050 de metros cúbicos de água, que irá beneficiar mais de 500 mil pessoas (COINFRA/SEMARH, 2022). A expectativa é que Oiticica não seja usada apenas para irrigação e se transforme em curto prazo num dos mais importantes reservatórios para a garantia do abastecimento humano das cidades do Seridó (ANA, 2016), uma das mais importantes regiões do interior do estado. O atraso na conclusão da obra deve-se, em primeiro lugar, às dificuldades não previstas de expropriação e respectiva indemnização, entraves que estiveram na origem de diversos conflitos com a comunidade, responsáveis pela paragem das obras em vários momentos, mas também por disputas institucionais e pelo aumento dos custos da construção.

Na identificação das causas, a visibilidade do tema na comunicação social e o relato dos dirigentes do Rio Grande do Norte em contexto de entrevista revelam lacunas no processo na fase de diagnóstico e tomada de decisão, por exemplo, não sem prever o realojamento da comunidade de Barra de Santana, nem os custos e o calendário de realojamento. O principal foco da controvérsia pública teve origem no descontentamento das comunidades, que não foram chamadas a participar no processo de decisão. Subitamente viram-se atingidas com a construção da barragem cerca de 850 famílias residentes na comunidade Barra de Santana e agricultores circunvizinhos (Da Silva & Forbelon, 2018; Santos & da Silva, 2017). A reacção foi tanto em relação ao impacto do empreendimento como ao transtorno do período de obras. Assistimos a tomadas de posição de movimentos sociais, designadamente do Movimento dos Atingidos pela Barragem Oiticica, mas também de actores institucionais com o IPHAN - Instituto do Património Histórico e Artístico

Nacional, em reacção ao facto de terem sido encontrados vestígios arqueológicos na área a ser alagada.

O conflito obrigou ao redimensionamento da obra, uma temática a que os jornais deram larga visibilidade. Os aspectos mencionados aumentam o interesse das políticas públicas pela infra-estrutura, assim como pelo processo de construção e futura operação da barragem (Santos & da Silva, 2017). Registou-se enorme pressão no sentido do acesso à terra contígua à albufeira e sobre a necessidade de disponibilização de água para as comunidades, reforçando a possibilidade da barragem vir a beneficiar pequenos agricultores da região, representados na mobilização por movimentos sociais como o SEAPAC - Serviço de Apoio aos Projectos Alternativos Comunitários e o Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem. Na prática, os movimentos articularam-se na luta pela justiça hídrica e acesso à terra, mobilizando recursos, usando diferentes tácticas de protesto e todo um repertório que procurou o apoio dos principais actores institucionais estaduais, designadamente do Ministério Público e do próprio governo estadual após eleição de Fátima Bezerra.

Com a barragem em pré-inauguração, é também enorme a expectativa de um aumento das reservas de água por parte do chamado agro-negócio do Vale do Açu, no troço a jusante do rio Piranhas-Açu, que viu crescer a produção frutícola em período de seca ao recorrer à água subterrânea. O sector está consciente da insustentabilidade dessa solução, pelo que aguarda a água de superfície acumulada na nova albufeira.

Outro ponto polémico diz respeito ao futuro modelo de implementação da política, e da gestão política e técnica das águas da transposição do São Francisco, assim como da participação e representatividade da sociedade civil. Em primeiro lugar, diz respeito à articulação entre as entidades presentes, quer sejam federais – entre elas, a ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento e o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – quer sejam estaduais e municipais – SEMARH – Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; IGARN – Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte e órgãos dos municípios envolvidos. Além do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu, que além de abranger dois estados tem na sua composição

representantes do poder público, dos utilizadores de água e de organizações da sociedade civil.

Resultados e discussão

Desde que foi relançada a construção da barragem de Oiticica surgiram vários focos de conflito. O primeiro liga-se ao processo de desapropriação dos terrenos afectados. Apesar de prometida e esperada, a barragem não foi bem-vinda por todos, em particular pelos donos dos terrenos da área alagável da albufeira. Em notícia publicada no dia 10 de novembro de 2013 a Tribuna do Norte informa que a "Barragem de Oiticica começa a sair do papel" e, poucos meses depois, no dia 7 de janeiro de 2014, conta que os "Agricultores ocupam canteiro de obra". Segundo esta última notícia, alguns agricultores da região acamparam no canteiro de obras, pararam as obras e exigiram a presença da governadora Rosalba Ciarlini. A governadora visitou o local no dia seguinte para que fosse discutida a forma como ocorreria a desapropriação das propriedades e como seria o realojamento das famílias que residem no território, principalmente da comunidade Barra de Santana.

Pela notícia ficamos a saber que, nessa data, tinha sido criado a Coordenadoria de Defesa dos Atingidos pela Barragem de Oiticica, movimento que se apresentava favorável à obra, contudo mostrava-se preocupado com a atenção dada aos moradores a serem atingidos (Tribuna do Norte, 07/01/2014). Após reunião realizada em Jucurutu/RN a Governadora apresentou o cronograma de transferência dos moradores e garantiu as indemnizações devidas. O governo estadual reconheceu os problemas no cadastro das famílias, pelo que recadastrou 1.003 famílias - 753 da zona rural e 250 de Barra de Santana, considerando que o primeiro cadastro "feito em 2005 não condizia com a realidade" (Tribuna do Norte, 2014-01-08). Do encontro com a governadora ficou igualmente um compromisso para a entrega das novas casas para Abril de 2015, seis meses antes do término da obra da Barragem de Oiticica.

O conflito relativo às indemnizações dos moradores da comunidade Barra de Santana marcou por diversas vezes a agenda da construção da barragem e tem gerado disputas em sentidos opostos. No dia 17 de Maio de 2014, famílias e proprietários de terras realizaram uma romaria na área circundante às obras, numa ação de luta pela preservação dos direitos e justiça nas indemnizações das propriedades a serem alagadas pelas águas da Barragem. A romaria contou com a presença do Arcebispo de Natal, Dom Jaime Vieira Rocha, assim como do Bispo de Mossoró, Dom Mariano

Manzana, do Administrador Diocesano de Caicó, Pe. Ivanoff da Costa Pereira, e do pároco de Jucurutu, Pe. Erivan Primo. Estiveram igualmente presentes representantes de diversos movimentos sociais e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Na sequência, a 6 de outubro de 2014 foi publicada pelo jornal estadual Tribuna do Norte a notícia "TJRN fará mutirão de conciliação para litígios da construção da Barragem de Oiticica" que dava conta da publicação, pela Presidência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), da Portaria nº 1.384, que regulamentou a instalação do Mutirão de Conciliação pré-processual, nos litígios relativos à lei de direitos patrimoniais que poderiam surgir com o andamento da obra da Barragem de Oiticica.

Apesar desse avanço momentâneo, uma notícia do dia 11 de novembro dava conta da paralisação da terraplanagem da obra em resultado do andamento lento dos processos de indemnização e realojamento das famílias atingidas, que seria motivado por um atraso na transferência de recursos financeiros. Dias depois, a notícia da Tribuna do Norte de 14 de novembro de 2014 relatava que um dos principais assuntos discutidos pela governadora Rosalba Ciarlini na audiência com o ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, foi a urgência na transferência dos recursos federais da ordem de R\$ 10 milhões de reais para o pagamento imediato das indemnizações das famílias da comunidade de Barra de Santana.

A 5 de Janeiro de 2015 registou-se novo protesto dos moradores contra o atraso no pagamento das indemnizações. O novo governador, à época Robinson Faria, recebeu uma comissão de representantes das famílias atingidas pela construção da barragem e fez um apelo para o grupo deixar o local. Os manifestantes exigiram a presença do governador no local da obra para conversar com as famílias e firmar um cronograma para o pagamento das indenizações (Tribuna do Norte, 2015-01-08). No final do mês, uma decisão do juiz Cleofas Coelho, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, autorizou o pagamento de 18 acções de servidão de moradores da barragem, dando até dez dias para que o estado do Rio Grande do norte fizesse a transferência do dinheiro para os moradores. Na sequência do pedido dos manifestantes, no início de Fevereiro o governador Robinson Faria reuniu-se com moradores da comunidade de Barra de Santana, resultando do encontro um acordo entre o Governo do Estado e o Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem de Oiticica, assinado no dia 20 de Fevereiro. As obras foram retomadas no dia 23.

Entre os equipamentos não previstos na comunidade da Nova Barra de Santana destaca-se a construção do novo cemitério, que aumentou os custos totais da obra e atrasou o cronograma, designadamente pela necessidade de transladação dos corpos do antigo cemitério, o que pressupunha identificação de cada jazigo com a participação de cada família com parentes sepultados no antigo cemitério. A construção de quatro agro-vilas também não estava inicialmente programada, mas foi alvo de negociação com o Movimento de Atingidos e Atingidas pela Barragem e restantes interlocutores locais.

Nos anos mais recentes o conflito não cessou, nem as reivindicações, ainda assim mantendo-se um clima de diálogo entre as partes. Numa das primeiras acções da governadora Fátima Bezerra, no dia 14 de setembro de 2019, realizou-se mais uma reunião com a comunidade de Barra de Santana. Na ocasião, o Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem de Oiticica (2019) deixou um conjunto de reivindicações, entre elas, a construção da Nova Barra de Santana, do cemitério, da implantação das agro-vilas, das indemnizações aos proprietários e sobre a eliminação da vegetação.

Em 2020, a aprovação da Lei Estadual Nº 10.786, viabilizou a permuta de imóveis e aprovou nova modalidade de indemnização para facilitar os procedimentos de desapropriação na comunidade Barra de Santana, município de Jucurutu. A lei foi assinada a 26 de outubro pela governadora Fátima Bezerra. A nova legislação deu resposta a mais uma das reivindicações da comunidade, a de realojamento para a vila projectada para abrigar a população por conta da construção da barragem de Oiticica. Para tal autorizou a alienação de bem imóvel desapropriado para fins de criação do núcleo urbano intitulado Nova Barra de Santana, local para onde será transferida a população quando a barragem for concluída. Entretanto, foram também anunciadas obras de reabilitação nas casas, que com o atraso no realojamento estavam a degradar-se.

Outro foco de conflito que contribuiu para adiar a conclusão da obra e aumento dos custos ocorreu quando o Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) exigiu novos estudos na futura área alagada da barragem. Num dos episódios ocorrido em 2015, o IPHAN deu ao Governo do Estado 15 dias para apresentar uma nova proposta de metodologia para prospecção, principalmente no perímetro de 200 hectares da barragem a ser alagado e onde foram identificados novos vestígios arqueológicos. O prazo foi acordado durante a 11ª reunião de conciliação

entre o IPHAN e a SEMARH, mediada pelo Ministério Público Federal, que estabeleceu um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para definiu prazos para as medidas determinadas pelo IPHAN e sanções em caso de descumprimento por parte do Estado.

De salientar, que no diagnóstico inicial conduzido pela SEMARH foram identificados 16 painéis de grafismos rupestres na área. No entanto, com o avanço dos estudos pedidos pelo IPHAN foram identificados mais de 40 sítios arqueológicos, parte dos quais em Agosto de 2018 (Tribuna do Norte, 21/09/2018). Sobre o tema, Márcio Aleksander Granzotto, superintendente substituto do IPHAN no RN, declarou que o primeiro diagnóstico não foi bem feito. Em reacção a essas declarações, na altura o titular da SEMARH, Mairton França, rejeitou essa ideia nas páginas da Tribuna do Norte e numa sessão que organizamos na UFRN, afirmando: “Não é bem assim: a metodologia do diagnóstico foi elaborada por um arqueólogo e aprovada pelo próprio IPHAN” (Tribuna do Norte, 21/09/2018).

O tema foi muito polémico, levando à interdição parcial da obra na área alagável da barragem e do canteiro de obras. Em 19 de Setembro de 2018 essa interdição foi resolvida com a assinatura do Termo de Referência Específico para o Programa de Resgate e Delimitação de Painéis, no qual o IPHAN listou as medidas a serem adotadas pelo governo para a regularização do empreendimento, que incluíam a digitalização tridimensional das gravuras rupestres no Enclave de Pedra Ferrada, bem como a realização de estudos de datação. Em Julho de 2019 a barragem estava com 74% da obra concluída, no entanto, a SEMARH aguardava autorização do órgão citado para darem início às obras de restauro arqueológico das áreas que vão ficar inundadas (Tribuna do Norte, 26.07.2019).

A situação financeira do RN e os processos eleitorais de 2019 e futuramente de 2022 refletiram-se no processo. O processo eleitoral de 2019 levou a novo impasse nas obras, agravado em 2020 pela pandemia, com várias interrupções nas obras para evitar contaminação dos trabalhadores no estaleiro. O principal desafio foi garantir financiamento do governo federal, registando-se também aí um foco de conflito quanto aos valores gastos e dinheiro investido pelo governo federal. No sentido de concretizar a última etapa da obra, A 3 de dezembro de 2020, em visita à região do Seridó, onde se insere a barragem, acompanhado por alguns deputados federais e estaduais, e vários prefeitos da região, o ministro do Desenvolvimento Regional,

Rogério Marinho, anunciou a disponibilização de mais R\$ 40 milhões para as obras da barragem de Oiticica, garantindo a continuidade da obra, que estabelece como nova data de inauguração outubro de 2021 (Tribuna do Norte, 04.12.2020). A previsão era que a barragem ficasse pronta antes da chegada das águas da transposição do rio São Francisco, ocorrida em Fevereiro de 2022, mas tal não veio a acontecer. A barragem possui 95% das obras concluídas com previsão de conclusão das obras sociais para o primeiro semestre do ano e conclusão da barragem para Dezembro (Tribuna do Norte, 09.02.2022).

A partir do primeiro semestre de 2021, num contexto em que Rogério Marinho se articula para ser pré-candidato ao cargo de Senador da República nas próximas eleições, o conflito da barragem de Oiticica assumiu novos contornos. O conflito passou a ser entre o ministro Rogério Marinho e os seus apoiantes e o governo estadual liderado por Fátima Bezerra, com acusação dos primeiros de que as verbas destinadas para as obras da Barragem de Oiticica foram destinadas para outros fins. A 17 de maio de 2021, o jornal Tribuna do Norte noticiava que “Ministro acusa RN de usar 20 milhões de obras em Oiticica para outros fins; governo rebate”. Segundo a notícia, o ministro do Governo Federal intensificou a construção da barragem de Oiticica e a expectativa é de conclusão para o final do ano. Para o governante o avanço das obras enfrentava uma dificuldade uma vez que parte dos recursos estariam a ser utilizados para outros fins: “Nós estamos colocando recursos para concluir a obra no final do ano. Qual a nossa dificuldade? O Governo do Estado, que é quem executa a obra com recursos do Governo Federal, permitiu que 20 milhões de reais do convénio que temos assinado fossem retirados da conta de Oiticica para pagar dívidas que o Governo tem com empresas, com servidores, com outras coisas” (Tribuna do Norte, 17.05.2021). O governo estadual rebateu todas as acusações, mas outros conflitos surgiram.

Na sequência e no contexto da cerimónia da chegada das águas da chegada das águas da transposição do rio São Francisco ao Rio Grande do Norte, aquele que parecia um conflito local contra o projecto inicial de construção de uma barragem de média dimensão transformou-se num conflito político entre o governo federal e estadual. Em face das diferenças políticas e da próxima disputa eleitoral em Fevereiro de 2022 agudizou-se esse conflito, não apenas pela disputa regional entre o ministro Rogério Marinho, também ele do Rio Grande do Norte, mas igualmente pela visita do presidente Jair Messias Bolsonaro à barragem de Oiticica. Em vídeo partilhado no dia

9 de Fevereiro os membros do governo federal acusaram governo do RN de estar a impedir a finalização da obra e a usar “politicamente famílias como massa de manobra” (Saiba Mais, 09.02.2022). Essas famílias seriam da comunidade de Carnaúba Torta, onde moram 14 famílias. Através das redes sociais e da comunicação social o governo estadual desmentiu essas palavras, confirmando que as casas estavam prontas e que a mudança ocorreria na semana seguinte.

Considerações finais

O artigo insere-se numa investigação em que queremos analisar o conflito hídrico a partir das Ciências Sociais e das políticas públicas, destacando os elementos que lhe conferem visibilidade, o papel dos actores sociais e o seu repertório. Mas também como o conflito pode trazer alterações em processos de desenvolvimento desenvolvidos de cima para baixo. Quisemos mostrar não só o conflito, mas que a ausência de um bom projecto na fase de planeamento teria evitado muitos dos conflitos que ocorreram e consequentemente gastos desnecessários. É nossa convicção que o conflito de Oiticica poderá ter atrasado a conclusão da obra, mas foi uma oportunidade para envolver a comunidade na busca de soluções e se conhecer mais sobre aquela parte do território da bacia hidrográfica, mas esse trabalho de envolvimento e busca de informação e ampla visão deveria ser anterior.

Oiticica tem a particularidade de se apresentar como uma obra fundamental para a proposta de desenvolvimento do Rio Grande do Norte, não só na garantia hídrica que fornece aos municípios do interior, mas igualmente no fortalecimento de uma das principais actividades – da fruticultura irrigada de exportação. Porém, não é apenas o agronegócio que pode tirar benefício da chegada das águas. O envolvimento do Movimento dos Atingidos pela Barragem Oiticica, de Sindicatos dos Agricultores Rurais e da própria Igreja mostra a importância social que colocada na infra-estrutura, ao negociar a presença de de pequenas e médias explorações de agricultura familiar e de agro-vilas. O reservatório é igualmente uma peça fundamental na chegada das águas da transposição do Rio São Francisco, ao posicionar-se como primeira barragem de acumulação de água que servirá de reservatório à barragem Armando Ribeiro Gonçalves e ao Vale do Açu.

Não menos importante é o facto do conflito ter uma componente pressionada pela sociedade civil, com repertório e táticas de protesto definidos, mas também uma componente institucional e ideológica, marcada pelas diferenças partidárias entre o governo federal e o governo estadual, tema sobre o qual ainda vamos escutar falar até à inauguração da barragem. Esse tema não se esgota e poderá trazer novos encaminhamentos em face dos resultados eleitorais do final de 2022, que nos leva a concluir que a construção da barragem sendo desejada acaba por ser usada como arremesso político entre litigantes, que procuram essencialmente visibilidade na autoria da construção da infra-estrutura.

Nota

Por decisão pessoal, os autores do texto não escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Alonso, A.; Costa, V.; Maciel, D. (2007). Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos estudos CEBRAP*, n. 79, p. 151-167.
- Alves, M. N. S., de Oliveira, H. E. L., & Ferreira, J. G. (2019). Políticas públicas e conflito ambiental no processo de construção da barragem de Oiticica. *Anais do I CONIMAS. Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade*. Campina Grande: Editora Realize.
- ANA (2016). *Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu*. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2016.
- Araújo, P. S. O. de (2018). *Direitos reais e realidade do direito na barragem de oiticica: eficácia jurídica e social da desapropriação na comunidade de Barra de Santana, em Jucurutu-RN*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Boneti, L. W. (2003). *O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social*. Ijuí: Ed. Unijuí.
- Coser, L. Estrutura e conflito. Blau, Peter M. (org.). *Introdução ao estudo da estrutura social*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. pp. 231-240, 1977.
- da Silva, A. S. B., & Forbeloni(2018). Os Impactos Ambientais e Sociais da construção da Barragem de Oiticica – Jucurutu/RN. *Anais do XIV Encontro*

Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social Movendo Outras Engrenagens Itajubá-MG, Brasil.

- Fearnside, P. M. (2019). *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras-Volume 3*. Manaus: Editora INPA.
- Ferreira, J. G. (2019). A transposição das águas do Rio São Francisco na resposta à seca do Nordeste brasileiro. Cronologia da transformação da ideia em obra. *Campos Neutrais-Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*, v. 1, n. 2, p. 53-72.
- Fleury, L. C., & Almeida, J. (2013). A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental eo dilema do desenvolvimento. *Ambiente & Sociedade*, 16(4), 141-156.
- Germani, G. (2003). *Expropriados: terra e água: o conflito de Itaipu*. Editora da ULBRA.
- Gomide, A. Á.; Machado, R. A; Pereira, A. K. (2019). Implementação de projetos de infraestrutura e (re)produção de desigualdades: os casos de Belo Monte e da Transnordestina. In Pires, R. R. C. (Org). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, p.179-200.
- Guimarães Jr, J. A. (2016). Reforma hídrica do Nordeste como alternativa à transposição do rio São Francisco. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, (227), 80-88.
- Latour, B. (2019). *Políticas da natureza. Como associar as ciências à democracia*. São Paulo: Editora UNESP.
- Ministério do Planejamento (2018). Barragem Oiticica – RN. In *Plano de Aceleração e do Crescimento*. Disponível em <http://www.pac.gov.br/obra/8043>, acesso a 12 de setembro de 2019.
- Moreira, J. F. (2017). *Direito ao acesso à água: conflitos socioambientais na bacia hidrográfica Piranhas-Açu*. Tese de doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Associação Plena em Rede, João Pessoa.
- Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem de Oiticica (2019). Coordenação do Movimento. *Reivindicações do Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção da Barragem de Oiticica, no território do Seridó potiguar, à governadora Fátima Bezerra*. Jucurutu, RN.

- Pereira, T. A. D. C. D. (2018). *Economia, direito e política agrária: uma análise do instituto da "servidão administrativa" aplicado no "Complexo Hidráulico da Barragem Oiticica" no município de Jucurutu/RN*. Monografia da Graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Ribeiro, M. M. R., Ferreira, J. G., Amorim, A. L. D., & Schmidt, L (2019). Bacias hidrográficas compartilhadas no Brasil e na Península Ibérica: buscando consensos via mecanismos de resolução de conflitos. Philippi Jr, Arlindo; Sobral, Maria do Carmo (Ed.). *Gestão de bacias hidrográficas e sustentabilidade*. São Paulo: Editora Manole, p. 1020-1046.
- Santos, J. S., & da Silva, M. C. (2017). *Água e conflito: o movimento do(a)s atingido(a)s e a Barragem de Oiticica (Jucurutu/RN) (2012-2014)*. Revista GeoInterações, v. 1, n. 2, p. 03-29.
- COINFRA/SEMARH (2022). Relatório de gestão 2019-2021. Natal: Secretaria Estadual de Ambiente e Recursos Hídricos do Governo do Rio Grande do Norte.
- Silva, P. V. O da; Ferreira, J. G. (2019). Transposição das Águas do Rio São Francisco: Cobertura Midiática nos jornais Diário do Sertão e Tribuna do Norte. Anaisdo I CONADIS - Congresso Nacional sobre a Diversidade do Semiárido, Realize Eventos e Editora.
- Simmel, G. (2010). *El conflicto. Sociología del antagonismo*. Madrid: Sequitur.
- Souza, F. C. S. (2010). Memórias, narrativas e trajetórias de vida dos moradores de São Rafael–RN (primeiros apontamentos). *Revista Inter-Legere*, n. 6.

Jornais (várias datas)

Tribuna do Norte

G1 Globo

Saiba Mais